

CADERNOS

EM TEMPO

TEXTOS DE APOIO DA EDIÇÃO Nº 296/297

APRESENTAÇÃO

Este número dos *Cadernos Em Tempo* contém três textos. O primeiro é uma entrevista com o economista Celso Furtado, originalmente publicada no *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* de julho de 1997 (n.º 170). Nela, Furtado comenta os impasses do processo de construção nacional e a crescente perda de eficácia dos instrumentos governamentais de política econômica.

O segundo é uma entrevista com Dom Pedro Casaldáliga, originalmente publicada na *Revista da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP)* de junho/97

(n.º 10), p. 6 a 14. Nela, uma das principais figuras da teologia da libertação fala, entre outros temas, sobre a política brasileira e a evolução da esquerda em nosso país, alertando para a sua excessiva institucionalização.

O terceiro é “As duzentas multinacionais que dominam o mundo”, um artigo do economista Frédéric Clairmont, que traça um preocupante retrato do crescimento do poder econômico das maiores corporações do planeta. Este artigo foi originalmente publicado no *Le Monde Diplomatique* de abril de 1997.

O RISCO DA INGOVERNABILIDADE

Ex-ministro alerta para endividamento crescente e esfacelamento da economia nacional

Celso Furtado é advogado pela antiga Universidade do Brasil, hoje UFRJ, desde 1944. Fez doutorado em Paris em economia e foi trabalhar em 1949 para a recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão da ONU sediado em Santiago do Chile. Em 1958, publicou *Formação Econômica do Brasil*, um clássico que provocou intensa discussão sobre o processo de desenvolvimento do Brasil. Chefiou o Grupo Misto Cepal-BNDES que elaborou um programa para o período de 1955-1962, liderou a formação do Clube dos Economistas e da Revista Econômica Brasileira, concebeu e dirigiu a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foi ministro do Planejamento no governo de João Goulart e autor do Plano Trienal. Em 1964, começou seu longo exílio e retomou suas atividades de ensino na Universidade de Sorbonne, na França.

Furtado é uma espécie de símbolo da esperança desenvolvimentista brasileira sendo considerado um dos principais pensadores do Terceiro Mundo. Ele não esconde suas preocupações com os destinos do país e não hesita em apontar o MST como “a única força social nova” capaz de apontar um caminho que mereceria “séria reflexão” por parte do governo. O JST publica um resumo da entrevista concedida a César Benjamin, Luis Antônio Elias e Luis Carlos Prado e publicada originalmente no *Jornal dos Economistas do Rio de Janeiro*.

Como o Sr. vê a situação do Brasil?

Crencemos durante muito tempo com uma taxa de investimento relativamente alta, usando fundamentalmente recursos internos. Hoje, as taxas de crescimento são baixas, o investimento mantém-se deprimido e estamos imersos num processo de endividamento externo considerável. O quadro de desajuste macroeconômico é evidente. Pelos dados do IBGE, nosso déficit anual na conta corrente da balança de pagamentos está em torno de US\$ 32 bilhões enquanto o valor das nossas importações é de US\$ 62 bilhões. Pagamos a metade das nossas importações com endividamento para atingir uma taxa de crescimento per capita de 2%. É inaceitável. Boa parte desse endividamento está financiando o consumo e, para acalmar os especuladores, temos que manter grandes reservas em moeda estrangeira. Nossa poupança se esvai para sustentar isso.

O país não está se movendo a partir de seu próprio esforço, mas em função de facilidades criadas pelo processo de endividamento de onde vem grande parte da nossa disponibilidade atual de moedas estrangeiras. Se a economia não retoma o dinamismo, esse processo, além de caro, não tem sentido nenhum. Daqui a algum tempo, governar o Brasil, se tornará muito difícil. Seremos tão dependentes de recursos externos que qualquer mudança na conjuntura internacional, qualquer modificação nos fluxos financeiros, qualquer parada

brusca nesse financiamento de fora, trará consequências seríssimas. A instabilidade macroeconômica aponta para a possibilidade de uma crescente ingovernabilidade.

E o processo de globalização?

Não podemos ignorar que estamos num mundo que se globaliza. A tecnologia moderna aponta nessa direção. Mas a globalização tem consequências negativas muito marcantes, das quais destaco a tendência à crescente instabilidade macroeconômica e, principalmente, à exclusão social. Nos Estados Unidos, a exclusão se manifesta como concentração de renda e as disparidades que já tenderam a diminuir, aumentam de novo: os salários mais baixos estão caindo e os mais altos aumentando. A Europa convive com enorme desemprego. O grande desafio é saber como viver na era da globalização evitando esses efeitos negativos.

A globalização implica em adotar políticas iguais?

Não, ela se manifesta de forma diferente, de acordo com o estágio de cada economia, cada região, cada continente. Não se pode exigir políticas iguais para economias plenamente desenvolvidas e para economias em formação que têm grandes disparidades internas e problemas de atrasos regionais.

O processo de construção da economia brasileira foi interrompido, aparentemente, porque se considerou que a globalização exigia a interrupção deste processo próprio. O país deixou de acreditar em si.

A tendência à exclusão social poderia ser revertida?

Toda a discussão atual na Europa tem como eixo exatamente a tentativa de evitar que a globalização agrave a exclusão social. Os resultados das eleições mais recentes, na Inglaterra e França, indicam que as populações estão atentas para essa preocupação. No Brasil, isso deveria ser mais evidente. Nosso problema número um é social, com duas faces principais: a geração de empregos e o combate à fome. Qualquer governo responsável deveria pensar, antes de mais nada, em melhorar as condições de vida da população. O que se vê não é isso, todos os programas deste governo criam desemprego. A parte do Brasil que tem representação sindical está perdendo terreno e a maioria do povo está indo para o setor informal. É uma maneira de reduzir os salários. Há um movimento indiscriminado no sentido de aumentar a produtividade microeconômica, ignorando os efeitos macroeconômicos dessas políticas. Isso é um absurdo. As consequências sociais da formulação atual precisam ser explicitadas.

Como conciliar geração de emprego e produção de bens básicos com competitividade internacional?

O Brasil sempre foi e será competitivo em certas áreas. Tivemos muito êxito na construção de uma economia competitiva e a prova é que transformamos profundamente nossa pauta de exportações. Instalamos um dos maiores parques industriais do planeta que nos deu uma vantagem considerável no Terceiro Mundo porque permitia trabalhar com maiores escalas de produção. Eu conheci um Brasil que era apenas exportador de matérias-primas e acompanhei a trajetória que nos conduziu à condição de exportadores de manufaturas mas colocar a competitividade internacional como objetivo único ou principal e aceitar cegamente os sinais do mercado mundial é uma besteira. O Brasil não teria se industrializado - e toda a nossa história contemporânea teria sido diferente - se tivéssemos seguido os sinais das necessidades do comércio internacional.

Por que a internacionalização não tem produzido maior homogeneização?

A distribuição de renda é um tema essencialmente político. Se o mundo tivesse se desenvolvido dentro das leis puras do capitalismo, tudo seria muito mais concentrado mas, a partir do século XIX, as forças sociais contestadoras foram extremamente aguerridas na Europa e produziram trans-

formações importantes. Esses movimentos alteraram os rumos da economia e mostram que o desenvolvimento das sociedades modernas não se resume ao aspecto tecnológico. É um processo mais amplo. Graças à pressão das forças sociais organizadas, os salários subiram, construíram-se sistemas de previdência, definiram-se políticas de atendimento a regiões menos desenvolvidas. Ao modificarem o perfil de distribuição de renda, essas pressões fizeram com que o sistema mudasse de fisionomia e, paradoxalmente, adquirisse novo dinamismo. Se a renda tivesse continuado a se concentrar haveria insuficiência de mercado. As crises cíclicas foram abrandadas porque o capitalismo mudou sob pressão de baixo. Os próprios Estados Unidos deram grande importância à intervenção do Estado para corrigir desequilíbrios com políticas de desenvolvimento regional.

O que diferencia os processos de desenvolvimento do Brasil e dos Estados Unidos?

Os Estados Unidos construíram, desde cedo, uma matriz social muito mais apta à modernização. O modelo de colonização e de ocupação do território preparou a sociedade americana para a modernização. A economia cresceu em uma matriz social baseada na divisão da terra. No começo do desenvolvimento brasileiro, ainda no século XIX, tivemos uma profunda concentração patrimonial, a começar pela própria terra, e crescemos sem alterar essa marca de origem, criou entre nossas elites um preconceito arraigado contra os trabalhadores. Essa é uma diferença fundamental: os americanos partiram de uma matriz social que permitia a difusão dos frutos do progresso técnico e induzia alto investimento na população, nós partimos de uma matriz que concentrava os benefícios do progresso técnico e induzia baixo investimento na população. Essas velhas características da nossa sociedade se agravam no modelo atual.

Que comparação é possível com os países da Ásia?

Os países asiáticos que se desenvolveram foram os que fizeram transformações sociais antes da fase de crescimento econômico acelerado. Nós não fizemos isso. Tivemos um crescimento considerável mas investimos pouco na população. Nosso maior gargalo é social. Como se pode conceber um país que teve taxas de crescimento tão altas como as nossas, por tanto tempo, e que não deu à sua população o essencial?

Que significa investir na população?

O grande investimento no povo é a educação básica. Darcy Ribeiro definiu nossas metas no Plano Trienal nos anos 60. Pelo plano de Darcy, o problema da educação básica teria sido resolvido naquela geração. Pois em uma geração, ou seja, em vinte ou trinta anos, você educa completamente um país. Com o golpe de 1964, isso foi posto de lado e o resultado é que o Brasil tem hoje o mesmo número de analfabetos que tinha naquela época e os que não são considerados analfabetos têm um nível de preparo insuficiente para se inserir no mundo moderno.

Há algo novo na área social no Brasil?

Há um fenômeno espantoso e possivelmente único no mundo: parte da população urbana quer voltar para o campo. Nunca vi isso. Todo o processo de desenvolvimento moderno é no sentido da população que deixa o campo não volta mais por ser seduzida pelas luzes da cidade como dizia Charles Chaplin. O progresso, a modernidade, a civilização tem relação com cidade, vida urbana. Os movimentos da população sempre foram do campo para cidade mas estamos vendo o oposto. O governo deveria refletir profundamente sobre isso pois em toda parte está colocada a discussão de como criar empregos. Na Europa, estão tentando alterar a matriz de ocupação. Nós temos uma situação única no mundo pois nossa população precisa de muito mais alimentos,

temos terras disponíveis e gente disposta a trabalhar a terra. Não é preciso dizer o que fazer. Só não resolvemos o problema por falta de vergonha.

A agricultura seria um dos caminhos possíveis?

A única força social nova que mantém capacidade de mobilização é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que pressiona por coisas muito importantes como a distribuição do patrimônio, questionando a velha divisão patrimonial que atrasou o Brasil; e por investimento em pequenas propriedades, condição para formar uma sociedade civil mais estruturada. Fazendo um planejamento sério, é perfeitamente viável colocar grande parte dos 4 milhões de sem terra em propriedades com condições de produzir. Seria uma transformação profunda. É chocante que os economistas não vejam o potencial disso. Só falam em tecnologia de ponta, exportação... Recentemente, numa conferência no BNDES, um representante do governo se referiu à agricultura familiar com termos depreciativos: "Essa agricultura vagabunda, que produz batatinhas tronchas, de terceira classe..." "Ora, nosso povo está passando fome! É importante ter batata, seja de que classe for!"

Qual é o papel do Estado?

O Estado brasileiro teve um papel essencial na formação do próprio país. O Brasil, na verdade, é uma criação do Estado português. Nossa unidade territorial também é uma criação do Estado. Diante do desafio da industrialização, o Estado coordenou o esforço para torná-lo viável. Quando já havíamos instalado os elementos básicos da nova matriz produtiva, criaram-se condições mais favoráveis para completar a construção nacional no plano social. Nesse momento, o Estado começou a ser dilapidado num processo iniciado durante a ditadura militar. O Estado é uma instituição muito especial e, se não estiver submetido à vigilância permanente da sociedade civil, tende a se degradar. Aqueles que estão dentro da máquina estatal têm muita facilidade para tirar proveito da posição que ocupam. A interrupção do processo democrático iniciou um mecanismo de seleção negativa. Estive exilado em países em que também houve golpes de Estado mas os militares simplesmente fechavam o Congresso e mandavam os políticos para casa e o governo ficava nas mãos do grupo que havia tomado o poder. Aqui, mantivemos um Congresso fictício que condenou os políticos a um processo de degenerescência já que os indivíduos de melhor qualidade eram cassados e o bagaço ia ficando. Acumulamos essa imensa quantidade de bagaço político que aí está. Depois, para perpetuar o regime, os militares fizeram uma reforma constitucional que aumentou a representação dos antigos territórios, as regiões mais atrasadas, que sequer tinham autonomia financeira para se manter. Um brasileiro que nasce no Acre tem muito mais peso político que um de São Paulo. Tudo isso dificulta que o nosso

Estado possa tornar-se o grande instrumento de desenvolvimento social de que o Brasil necessita.

Como financiar uma ampla ação do Estado que resolva nosso atraso social?

Antigamente, o setor público investia pelo menos 5% do PIB e financiava boa parte desse esforço com inflação. Esse mecanismo de financiamento era muito barato mas hoje há consenso de que não devemos depender dele e precisamos fazer uma reforma fiscal pois só a mudança na base tributária poderá substituir o papel da inflação e viabilizar a retomada do crescimento com relativa estabilidade no sistema de preços. Ou muda completamente o perfil de distribuição de renda ou usa meios fiscais. Hoje, não temos nem uma coisa nem outra. Nos recusamos a fazer uma reforma fiscal pois as classes médias e altas estão doutrinadas a não pagar impostos mesmo quando nossas classes ricas pagam os menores impostos do mundo. Além de modesta, a carga fiscal no Brasil é muito mal distribuída e concentrada sobre certos setores.

Como pensar a continuidade de um processo de construção nacional?

Toda a nossa política econômica deveria olhar para o crescimento do mercado interno que é a forma de pensar na população. Pensar em mercado interno é pensar nos salários, por exemplo. Nosso desenvolvimento tem que privilegiar as necessidades do país. A inserção internacional é importante por muitos motivos e pode completar nosso potencial, dar maior flexibilidade à economia e facilitar o acesso à tecnologia moderna. Mas é o creme de chantilly. A massa do bolo é o desenvolvimento do mercado interno. Ele é que pode sustentar o país a longo prazo. Mesmo hoje com todas as dificuldades, o mercado interno movimenta 90% da nossa economia. O que estou dizendo nada tem a ver com isolamento. Durante o período em que o Brasil teve políticas bem definidas para prestigiar seu mercado, potencialmente muito grande, as grandes empresas do mundo quiseram vir para cá. Hoje, com a economia nacional sendo desconstruída, o esforço para trazê-las passa por caminhos muito perversos. Oferecemos favores incríveis, absurdos, para criar indústrias de automóveis para exportação. Os estados dão dinheiro para instalar essas empresas mas não têm dinheiro para criar emprego e investir em gente. Essas políticas me deixam perplexo. Há lago errado em um país que subsidia a instalação de tantas montadoras de automóveis. Na Europa, dificilmente existem mais de duas no mesmo país. Aqui, querem atrair dez na base do favor que podem estimular que amanhã essas empresas sejam abandonada com facilidade pelas suas matrizes pois elas são muito baratas. Se sua implantação não custa nada, abandoná-las também não custará nada. Usar o dinheiro público para fazer isso não é capitalismo, é banditismo.

SANTO GUERRILHEIRO

Entrevista com Dom Pedro Casaldáliga

MARCOS CRIPA

Antonio Callado escreveu na Folha de S. Paulo, em abril de 1996, que Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), era o único santo vivo que ele conhecia. João Pedro Stedile, ideólogo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), diz que ele é o próprio Che (Guevara) vivo. Casaldáliga é, na realidade, um

misto destas duas definições: o santo Guerrilheiro. Intransigente na defesa dos povos oprimidos, este catalão de Balsareny - Barcelona, Espanha, está há 30 anos no Brasil e já sofreu todo tipo de ataque. A ditadura tentou em cinco ocasiões expulsá-lo do país; o Vaticano o censurou por seu envolvimento com a Teologia da Libertação e a bala que -uitos

militares gostariam que o acertasse matou o padre salesiano João Bosco Penido Burnier. "Erraram de padre", costuma dizer. A última ameaça veio no final de abril deste ano, em forma de carta apócrifa. Postada em Teresópolis (RJ), ela trazia uma reportagem sobre o assassinato de um monsenhor, ocorrido há décadas. À máquina, ao final da publicação, escreveram: "este já foi". Esta nova ameaça não arrefeceu os ânimos de Casaldáliga. No final de maio, nós nos encontramos com Dom Pedro, ou simplesmente Pedro - como ele é tratado pelos moradores de São Félix- prestes a iniciar a peregrinação anual pela região que envolve sua Prelazia. Por estradas de terra batida e rios, ele levaria aos povos do Mato Grosso sua pregação de fé e política.

Gostaria que o sr. avaliasse os movimentos sociais no Brasil. Eles têm avançado ou estão enfrentando um período de refluxo?

Casaldáliga - Estamos, evidentemente, em uma época em que os partidos já não são mais o que foram e nem os sindicatos são o que já chegaram a ser em outros períodos, mesmo que eles continuem a ter relevância, validade, e sejam imprescindíveis. Quanto aos movimentos populares, creio que eles foram crescendo muito e, em última instância, acho que são a expressão do que chamamos hoje de cidadania no sentido mais pleno da palavra. Faz 30 anos que estou na América Latina, especificamente no Brasil, e lembro que quando cheguei pensando em mobilização popular ou movimentação popular havia expressões iniciais insignificantes. Hoje, no Brasil e em todo o continente os movimentos populares são uma força muito significativa. A própria Igreja, através das chamadas pastorais sociais, é uma expressão dessa presença, dessa atividade do movimento popular. As várias pastorais sociais estão presentes nos movimentos em defesa da terra, do índio, da mulher marginalizada, dos meninos de rua, da população carcerária, da saúde, da moradia e de direitos humanos. Por falar em direitos humanos, penso que tem sido este um movimento de expressão fortíssima no continente até por conta das próprias ditaduras militares que acabaram por provocar essa consciência. Quando se fala no mundo indígena se pensa na Guatemala no México, no Equador, no Paraguai, na Bolívia e no próprio Brasil. Vamos, então, pensar em toda essa ameríndia de 30 anos atrás, pensar no que eram os movimentos indígenas naquela ocasião. Poderíamos dizer que era a consciência indígena expressa pela opinião pública branca. Agora não, temos Chiapas, temos a questão dos refugiados guatemaltecos, enfim temos uma mobilização que, em certa medida, tem conexão. A história do Equador, dizem muitas figuras eclesíásticas, poderia ser dividida em duas partes: uma antes e outra depois do levante dos indígenas naquele país. Por outro lado, em todo o continente, e aí também se insere o Brasil, a Argentina e o Chile, começaram a surgir as famosas federações e confederações indígenas, aglutinando os povos na defesa dos seus interesses.

O sr. avalia que os movimentos sociais estão passando por um momento de crise?

Casaldáliga - Estão passando por uma crise que pode ser saudável. É um momento de revisão tanto para os partidos, para os sindicatos, como para certos setores do movimento social. Por outro lado, me parece que as lideranças estão aprendendo a superar um certo vanguardismo e até o imediatismo. Falta um realismo maior em conjugar a utopia sempre e simultaneamente com a práxis diária; a utopia se testa no dia-a-dia. É preciso sonhar sempre muito alto e simultaneamente fazer a cada dia o máximo possível. A utopia não é para ser realizada já, ela deve ser posta para nos estimular continuamente.

Em relação à luta pela terra, têm ocorrido avanços?

Casaldáliga - Acho que tem sido o mundo camponês que tem dado a tônica da luta no continente, sem, evidentemente, ignorar as reivindicações operárias. Ao longo dos últimos 500 anos têm sido muitas as lutas e os levantes camponeses. No Brasil, atualmente, estamos vivendo as manifestações dos sem-terra, que são

uma consequência de muitas reivindicações e lutas anteriores e do envolvimento da CPT (Comissão Pastoral da Terra), conforme admite o próprio João Pedro Stedile. Mas gostaria de falar ainda do envolvimento das mulheres. Quando cheguei em São Félix do Araguaia, as primeiras irmãs que me acompanhavam organizaram o Clube das Mães. Nos dois primeiros anos existiam quatro mulheres meio espantadas; os maridos não permitiam a participação delas e elas não tinham coragem de enfrentamento. Hoje, aqui nessa pequena região à margem do mundo, várias mulheres são vereadoras e levam na vanguarda muita militância nas áreas de saúde, educação e outras tantas. No continente todo, acredita-se que 70% das Comunidades Eclesiais de Base sejam comandadas pelas mulheres.

O sr. faz a identificação de avanços significativos, de mudanças fundamentais, porém elas não conseguiram unir solidamente os oprimidos a ponto de eles transformarem o país.

Casaldáliga - Faz 500 anos que os opressores, os colonizadores, as elites e seus exércitos têm feito questão de seguir aquele conselho maquiavélico que diz: "divide e vencerás". Os próprios negros vieram divididos nos negreiros; faziam questão de separar a mulher do marido, os pais dos filhos. Assim era muito mais fácil controlar e impedir uma revolta realmente organizada. Isso fez com que, ao longo destes séculos, no Brasil, e também um pouco no continente, os caudilhos de vários tipos - vice-reis, coronéis, elites - pudessem ir dominando o povo. Dessa forma, as lutas eram isoladas e, sobretudo, controladas. Pela própria extensão do Brasil, digo que ele será o último país do mundo a fazer a revolução.

Por quê?

Casaldáliga - Ele é grande demais e diversificado demais. O Rio Grande do Sul é um mundo, o Amazonas é outro e o Nordeste é outro. Vamos analisar a guerrilha do Araguaia em relação a outras revoltas; ela era infinitamente minoritária e integrada por corajosos que respondiam, no fundo, a reivindicações populares. Assim mesmo, sacudiram o poder estabelecido. Já El Salvador, Nicarágua e Guatemala tiveram uma perspectiva latitudinária, quer dizer, aglutinaram forças diferentes porque a situação se tornava intolerável. Agora, penso que a nossa história de dependência, de sim-senhor, de colonialismo, de casa grande e senzala e coronelismo marcou bastante o nosso povo. Ainda hoje estamos vivendo a política de curral eleitoral, de eleições de cabresto. Porém, honestamente acredito que a consciência cresceu muito. Lembro-me que fiz uma viagem para alguns países da América Latina depois da derrota do Lula e muitos diziam: "mas você considera isso uma derrota; isso é uma vitória; você já pensou bem o que significa no Brasil um operário quase ganhar a eleição para a presidência da República?" Acho, portanto, que tem crescido a consciência popular no continente e no Brasil, onde vários setores populares têm se mobilizado e vêm se organizando, apesar dos pesares. Estamos num momento político um pouco melhor.

Onde é que esse momento pode ser melhor se tudo o que é coletivo parece não ter mais apelo junto à sociedade?

Casaldáliga - Estamos passando por uma noite escura. Mas, a noite escura dos pobres é também dos seus aliados. Evidentemente caiu o socialismo, as guerrilhas foram praticamente controladas e se impôs como sistema único o neoliberalismo. Em um primeiro momento nos sentimos todos sem alento. Negávamos que fosse o fim da história, não poderíamos aceitar isso teoricamente, mas, na prática tínhamos a sensação de que estávamos num beco sem saída. Porém, atualmente vários teóricos do neoliberalismo estão a criticá-lo também. Não são só os pobres que estão dizendo que com o neoliberalismo não há saída. Na própria Europa, nos Estados Unidos e no Japão está se vendo que a sociedade do bem-estar deve ser salva, mas que o neoliberalismo selvagem - e aqui peço desculpas ao Juruna pela aplicação da palavra selvagem - deve ser revisto. Esse

capitalismo selvagem exclui de tal modo que a própria classe média ficou diminuída. Então, há uma vontade de rever o próprio neoliberalismo. Acho que pode ser o espírito de camaleão que o capitalismo tem, uma vez que ele vai se corrigindo, porém, penso que essa nova consciência, essas reivindicações podem de certa maneira convergir para a aglutinação. Agora, é preciso analisar também que os bons e grandes sindicatos foram um pouco elitistas.

Quais sindicatos?

Casaldáliga - Os sindicatos operários do Brasil e da própria Argentina. Eu falava isso para alguns líderes sindicais argentinos, mesmo achando a palavra provocadora.

O quê o sr. quer dizer com elitistas?

Casaldáliga - Que eles defendem os interesses da categoria e com frequência se esquecem do povo.

O sr. se refere ao corporativismo sindical?

Casaldáliga - Como se sabe, numa época só era legítima a luta operária; a luta no campo era perda de tempo. Diziam: "o que vocês estão fazendo lá no Mato Grosso? É tempo perdido, é ridículo". Eu vi muitos conflitos nas cúpulas da vanguarda de esquerda ao debater se valia ou não valia a pena fazer guerrilha no Araguaia. No fundo tinha muito disso. A cidade, o mundo operário. Tudo tem explicação e até uma justificação, fruto da época em grande parte, mas também fruto de uma teoria talvez unilateralmente assimilada. Continuo acreditando que a cidade tem a palavra, mas não podemos negar que atualmente não existem fronteiras entre campo e cidade. Proporcionalmente São Félix do Araguaia tem mais antenas parabólicas que outras cidades. E no domingo, qualquer um pode ver as meninas de São Félix ir à missa e passear no cais do Araguaia vestidas como as meninas do centro de São Paulo. Agora, penso que de fato houve um interesse corporativista, esquecendo-se da luta conjunta do povo. Há uns anos não se aceitava, como se aceita agora, que a luta pela reforma agrária é uma luta de todos.

Para chegar a esse ponto, o MST desenvolveu ações estratégicas de aproximação com a população urbana.

Casaldáliga - É preciso analisar, também, que o MST tem encontrado uma conjuntura favorável. Primeiro, em função de desemprego crescente e depois por causa do inchaço, da violência e da fome nas cidades muitos passam a voltar o olhar para o campo. Como eu sempre digo, o Brasil, e por extensão toda a América Latina, é um país com vocação agrícola. Não nego sua vocação industrial, mas suas raízes são ligadas à agricultura. Se existe um país que pode fazer a reforma agrária e se preocupar com o campo, esse país é o Brasil. Um campo, evidentemente, modernizado. Ninguém está aqui a defender a reforma agrária primitiva, um simples recorte de terras. Não é isso; estamos defendendo a reforma agrária com reforma agrícola. Esse é um grito da CPT desde o seu início. Portanto, o MST encontra uma conjuntura favorável, mas isso não significa que ele substitua os outros movimentos, as outras forças e não quero cair aqui na irritada acusação do presidente Fernando Henrique Cardoso, que diz: "nós vamos dialogar com o MST enquanto ele lutar pela terra". Espera aí, se é luta pela terra, pela saúde, pela educação, pela democracia das comunicações, pelo comércio interno e externo, pela moralização do Congresso Nacional, contra a violência, contra a impunidade e em defesa da dívida externa, isso tudo não é válido? Não é verdadeiro? Acha ele que é possível ter uma luta isolada de fato? Este ano estamos com a Campanha da Fraternidade sobre o cárcere. É impossível melhorar a situação carcerária se não melhorarmos o país todo.

Assim, o MST pode vir a ser um ponto de convergência, um movimento que aglutina diversas lutas?

Casaldáliga - Eu diria ao Movimento Sem-Terra o que digo à Igreja comprometida, e nós vivemos isso por experiência em muitos anos aqui na região: o MST, além da sua luta específica está tendo também um trabalho de suplência, só que as boas

suplências têm de ser provisórias, oportunas e sábias. O MST não vai, como já disse anteriormente, substituir o sindicato e não vai substituir os partidos. Agora, neste momento o MST aglutinou indignações, reivindicações, esperanças e até estratégia e tática. Eu estava vendo, estes dias, as ameaças de Fernando Henrique ao dizer que "não são argumentos que convencem nem paus nem pedras, como não são argumentos as baionetas", acrescentando, porém, que as baionetas são mais poderosas. Em última instância ele quis dizer que tem, sempre, as baionetas e que se for preciso as usará. Acho que é uma atitude prepotente e injusta. Acho isso uma falta de sensibilidade social, de não querer reconhecer que o país vai mal.

E quanto aos sindicatos, já podemos considerar passado o período das grandes greves?

Casaldáliga - Hoje fazer uma greve é quase inútil porque o neocapitalismo pode até prescindir do trabalho. Como dizemos aqui no Brasil, feliz é aquele que ainda é explorado. Muitos não têm sequer esse "privilégio". Essa é a grande verdade. Como é que uma pessoa vai se manifestar não podendo contar com mais de 60 deputados no Congresso Nacional? Ele pode, sim, fazer vigílias, ocupações de terra, ocupações de lotes urbanos, marchas, protestos, e, talvez, uma greve de fome que ainda parece enternecer as pessoas. Não estou pregando a subversão, mas a coragem, a teimosia, e a reivindicação feita de forma publicitária. Hoje só existe aquilo que é publicitário...

Aquilo que repercutiu.

Casaldáliga - É evidente... agora, o sangue que foi caindo pelos interiores e as lágrimas que derramam as mães e os filhos, isso parece não contar muito. Uma ocupação de latifúndio, uma marcha sobre Brasília, uma boa vigília em frente a um supermercado chique como pediu João Pedro Stedile (coordenador do MST), isso repercutiu. O povo tem que se defender com as armas que tem.

Mas quando isso acontece, vem o presidente e diz: "são uns baderneiros... basta de badernas".

Casaldáliga - Eu gostaria de dizer em nome do povo brasileiro: basta de baderna no Congresso. As empreiteiras, os rombos dos bancos, os votos comprados, os precatórios, isso tudo não é baderna? Isso é baderna institucional. O que o povo faz, às vezes com seus excessos, é insignificante diante disso tudo. Faz duas semanas estive aqui em casa um posseiro que há 50 anos está em sua posse; olha que isso é muito mais que usucapião. Pois bem, nos últimos seis anos, ele resolveu nos procurar para que, juntos, resolvêssemos de uma vez por toda essa problemática da posse. Ele esteve aqui recentemente e disse: "Pedro, até hoje não consegui resolver o problema da posse e se alguém me encher a paciência eu mato". Não vou dizer jamais que esse é um homem violento, que é um assassino. Ao contrário, é um homem sensato, trabalhador, só que chega uma hora em que as pessoas perdem a paciência. Felizmente apelamos para Brasília e me parece que a questão vai ser definitivamente resolvida. Observe bem, depois de 50 anos da posse e de seis seguidos de reivindicações e papeladas. Honestamente fico com pena do Fernando Henrique. Como é que um homem público se rebaixa tanto? Respeito a sua pessoa e o que ele escreveu, não vou julgar suas intenções, mas sua política posso e devo julgar.

Ao tentar desqualificar as oposições, aí incluídos partidos e sindicatos, Fernando Henrique tenta implantar a "ditadura do pensamento único"?

Casaldáliga - O Fernando Henrique é o Delfim do neoliberalismo na América Latina, e também do Terceiro Mundo. O neoliberalismo, o Banco Mundial, o FMI, enfim a elite econômica do mundo encontrou a figura ideal em Fernando Henrique. Ele não é Menem com as costeletas de playboy e não é nenhum Fujimori com gestos ditatoriais; ele é um intelectual, foi da esquerda - pelo menos teórica -, esteve na Sorbonne, fala várias línguas, etc., ele é um neoliberal. Fernando Henrique não quer ser chamado assim, mas ele é um neoliberal elegante, o

Delfim do neoliberalismo, e está prestando um esplêndido serviço para o sistema. A obsessão dele pela reeleição significa duas coisas: primeiro, ele está gostando do poder e, segundo, sabe que a permanência dele, assim como a permanência do Menem e do Fujimori, possibilita que se estabilize o neoliberalismo nos nossos países; significa que continuarão as privatizações, a minimização do Estado, enfim a porta aberta para o mercado internacional.

Os partidos estão fazendo um enfrentamento correto com o governo federal?

Casaldáliga - Bom... os partidos, a maioria é do sistema...

Refiro-me aos de esquerda, aos que estão dispostos a enfrentar essa onda neoliberal.

Casaldáliga - Olha, vamos ser honestos, eles têm a força que têm; são quatro ou cinco, nada mais. Basta ver que o Fernando Henrique vai se candidatar e ser eleito. Segundo as pesquisas, ele despenca em popularidade, mas o povo está satisfeito com a economia atual. Agora, não só duvido como contesto estas pesquisas, porque eu escuto o povo e 70% das pessoas não estão satisfeitas. Quanto aos partidos, penso que poderiam ser um pouco mais contundentes.

De quê forma?

Casaldáliga - Gostaria que fossem mais autocríticos e que seus integrantes tivessem uma vontade mais clara de servir primeiro ao partido e, sobretudo, ao povo. O próprio PT já está discutindo quem se candidata, quem não se candidata. Essa pressa é legítima, mas pode parecer interesseira. O ponto principal dos partidos de esquerda deve ser o povo. Mas, não quero com isso ser puritano e negar a existência de alianças. Se não há alianças, não se conquista o poder; agora, existem alianças e alianças.

Como fazer este enfrentamento se os sindicatos agem de forma corporativa, como conversamos anteriormente, e se os partidos, mesmo os de esquerda, também têm suas divergências?

Casaldáliga - Espera aí... quero fazer que se entenda o que digo: o partido deve ser forte, assim como o sindicato deve ser forte, mas com ética, lucidez, e reformulando sempre o objetivo. Não estou negando a validade de fortalecer os sindicatos ou de fortalecer os partidos; inclusive estou defendendo a fidelidade partidária, que na realidade se trata de uma fidelidade ética. Não dá pra ficar um pula-pra-cá, pula-pra-lá.

Como anda sua relação com Roma?

Casaldáliga - Estamos em paz, mas antes devo fazer uma colocação prévia: não podemos nos esquecer de que a Igreja de Jesus são várias igrejas e eu acredito no ecumenismo. E nem vamos entrar na história toda do porquê se deu a divisão na igreja. Passaram os primeiros tempos e veio o Império Constantino e virou essa aliança toda de Roma com os poderes ocidentais, o que fez com que a Igreja Católica acabasse sendo muito ocidental. Surge com o Concílio Vaticano II uma autonomia pela autoconsciência e as igrejas da periferia. Isso concretamente na América Latina: a teologia da libertação, a espiritualidade da libertação, as Comunidades Eclesiais de Base, as pastorais específicas. Isso tudo que ocorreu no continente, inclusive no Brasil. Com isso, o centro se sentiu um pouco chacoalhado por uma vontade de manter a unidade e por uma sensação de perder poder facilmente. Todos os nossos problemas com Roma têm sido, fundamentalmente, por esses motivos. A Missa dos Quilombos foi condenada por Roma; minhas idas à Nicarágua e à América Central foram condenadas por Roma. E tudo porque eu apoiava e defendia uma presença alternativa da Igreja, a opção pelos pobres e o compromisso com a libertação. Isso criava situações constrangedoras para Roma. Quem defendesse o que poderia parecer comunismo, mesmo que fosse socialismo apenas, estaria negando a sua fé. Aí vieram as reações e as briguinhas familiares com Roma. Recentemente,

o Centro de Estudos Teológicos dos Jesuítas no México foi censurado porque utilizavam textos de bispos ou teólogos "não-confiáveis". Um desses bispos "não-confiáveis" sou eu.

O sr. também chegou a ser censurado por Roma.

Casaldáliga - Sim, mas estamos na mesma fé, seguimos o mesmo Cristo, só que temos mediações culturais, políticas e ideológicas diferentes. É impossível estar sem ideologia. Digo com frequência que o Espírito Santo pintamos como na pomba com duas asas, mas facilmente cortamos a asa esquerda, a asa direita não cortamos nunca. Certa vez o bispo Smith, auxiliar na esfera do Equador disse, em Puebla, quando se discutia essa questão da ideologia: "quem de vocês estiver sem pecado ideológico que jogue a primeira pedra". Estourou um grande aplauso na sala porque, de fato, todos estamos com ideologia. Se não é de direita é de esquerda, ou então de centro, o que significa dizer que é de direita.

A teologia da libertação apenas saiu da mídia ou está em baixa?

Casaldáliga - A teologia da libertação, assim como a pastoral da libertação e as Comunidades Eclesiais de Base tiveram um momento publicitário nos anos 60, 70 e parte de 80. Esse momento publicitário não existe mais porém penetraram na Igreja do mundo todo. Hoje estão presentes na Ásia, na África e na Europa. A opção pelos pobres, o reencontrismo da Igreja, a Igreja voltada para o reino de Deus, o segmento de Jesus, a vinculação da fé e práxis de Bíblia e política, a leitura popular da Bíblia, enfim tudo que a teologia da libertação estimulou agora é mundial.

O Papa João Paulo II diz que a Igreja não pode estimular, inspirar ou apoiar as iniciativas do movimento de ocupação de terras, quer por invasões, pelo uso da força, quer penetração sorrateira de propriedades agrícolas. O sr., por sua vez, afirma que se o governo não faz a reforma agrária, o povo tem de fazê-la. E mais, diz que o direito à invasão de terra improdutiva é doutrina antiga da Igreja.

Casaldáliga - O Papa fala a partir de uma doutrina relativamente tradicional. Eu falo mais da experiência, da prática vivida nesta América Latina. Se o governo não faz a reforma agrária, o povo tem de fazer. Lembro, em algumas circunstâncias, o próprio Dom José Maria Pires (Dom Zumbi) que dizia: "nem sempre o que é legal é legítimo e nem sempre o que é ilegal é ilegítimo". Para mim, todo latifúndio que não seja de algum modo socializado é iníquo. E por uma razão muito simples: a acumulação priva. O Brasil é o país do mundo onde chega a se dar a maior acumulação de terra e renda. E mais, chega a ser o país onde se dá a maior acumulação de CPIs frustradas. Então, o povo tem o direito a socializar o que é do povo. O Brasil pode fazer uma autêntica reforma agrária. E olha que os sem-terra organizados produzem infinitamente mais. Basta ver que são os pequenos produtores que alimentam as grandes cidades.

A violência no Brasil vem crescendo não só nas grandes cidades, mas também no campo. Ela é reflexo da impunidade?

Casaldáliga - Infelizmente a vida humana perdeu valor. Hoje, o mercado é a lei. A humanidade é mercantil. Vale quem pode comprar, quem pode vender, quem pode consumir. Os teóricos do neoliberalismo dizem que 15% da humanidade têm direito a viver bem, estão incluídos no chamado mercado. Pergunto: e o restante da humanidade? Eu também entendo que se os senhores da baderna institucional podem passar impunes por esses rolos de milhões e milhões que acabam com muitas vidas de fome, nos hospitais, na violência provocada, às vezes, pela falta de educação, entendo também que possam passar impunes esses coitados assassinos de esquinas. Se não se fizer justiça lá em cima, inútil fazer justiça aqui embaixo.

Nesse sentido, a população também deve ter sua cota de responsabilidade, uma vez que continua a eleger representantes sem compromissos absolutamente públicos.

Casaldáliga - Não tenha dúvida, mas é preciso compreender que falta fé na política. Um velho sertanejo aqui de São Félix me dizia, anos atrás: "olha Pedro, no Brasil deveria ter eleição todos os anos porque pelo menos durante a campanha eleitoral os candidatos fariam alguma coisa". O povo não acredita na política e vota sem fé, vota pelos interesses imediatos. Essa é a verdade.

Anteriormente o sr. falou que estamos passando por uma noite escura, ao se referir aos avanços da organi-

zação da sociedade. Pergunto: quando encontraremos o dia, a luz?

Casaldáliga - Não me preocupo com o quando. Jesus disse várias vezes, aos apóstolos, que o quando era um assunto para o Pai. O importante é que cada um viva o seu dia com realismo, generosidade, solidariedade. Nesta noite escura estamos preparando o dia. Por outro lado, a noite nos ajuda a enxergar. Eu tenho um poema que pede a Deus a luz para andar à noite, mas sobretudo para andar de dia, que, às vezes, é muito mais fácil enxergar de dia, já que ficamos deslumbrados. De noite enxergamos com realismo, com sobriedade. É na noite que necessitamos mais uns dos outros; no dia, podemos prescindir.

As 200 CORPORAÇÕES QUE CONTROLAM O MUNDO

FREDERIC CLAIMONT

Quando 50 mil metalúrgicos de Thyssen manifestavam-se em Frankfurt, na Alemanha, a empresa Krupp recuava de sua oferta pública de compra de seu concorrente. Em troca, as duas empresas anunciavam a criação de uma sociedade siderúrgica comum, decisão que deverá se traduzir em milhares de demissões. Enquanto isso, o fechamento pela Renault de sua fábrica em Vilvoorde, na Bélgica, também ilustra o desprezo pelos assalariados. Dois exemplos, entre muitos outros, do papel desempenhado pelas duzentas principais corporações multinacionais no planeta, movidas por interesses particulares, que se distanciam cada vez mais do interesse geral. Depois do início dos anos 80, estas "duzentas maiores" conheceram, através de fusões e de compras de empresas, uma expansão incessante, que lhe permite exercer um domínio por assim dizer totalitário sobre a economia, mas também sobre a informação e os espíritos.

Não encontramos a menor alusão, nos discursos neoliberais ou nos cantos da teoria neoclássica, ao fato de que a concentração de empresas tornou-se o principal motor da acumulação de capital. Isso foi, é certo, uma constante na história do capitalismo, e mesmo um condição para a sua sobrevivência como modo de dominação de classe; mas ela jamais conheceu um ritmo tão rápido.

Mas depois de meados dos anos 70, a acumulação de capital se realiza essencialmente pelo viés da anexação de empresas, compras e fusões. Combinada com a expansão colossal dos fluxos financeiros, especulativos e não-especulativos, ela interfere diretamente sobre a decisão do investimento: mas nada disso é claramente explicado aos trabalhadores, cuja sorte entretanto está em jogo. Sete anos após o desmembramento da União Soviética, a colonização massiva da Europa do Leste, a diminuição do crescimento e o agravamento dos antagonismos no seio das nações e no próprio interior do mundo imperialista, onde estão as gloriosas promessas do "mercado livre"?

Um momento entrevisto no final dos anos 80, a tão exaltada "retomada" econômica não manteve suas promessas. As indústrias manufatureiras mundiais (menos as da China) não ocupam senão 70 a 75% de suas capacidades. A dívida mundial (abarcando as das empresas, dos governos e das famílias) passou 33,1 trilhões de dólares, ou seja, 130% do produto interno bruto (PIB) mundial, e cresce a uma taxa de 6 a 8% ao ano, mais de quatro vezes o crescimento do PIB mundial. A dívida do governo federal dos Estados Unidos (o que o governo empresta para financiar suas despesas) passou de 910 bilhões de dólares em 1980, para 3,2 trilhões em 1990 e 4,9 trilhões em 1995; ela deve atingir 6,2 trilhões no final de 1997. Estas disparidades são importáveis e suas conseqüências desastrosas.

Por toda parte e em todos os setores, os salários reais caem, golpeados pelas reduções dos postos de trabalho, pelo fechamento de empresas e sua realocação. Apenas nas economias capitalistas "avançadas" o número de desempregados ultrapassa os 41 milhões, e isso não acabou...

Mas as firmas transnacionais escaparam da crise que fez centenas de milhões de vítimas. Fazendo uma apologia das realizações das 500 maiores empresas globais listadas pela revista *Fortune*, os autores desta matéria observam com prazer que "elas ultrapassaram as fronteiras para aproveitar novos mercados e engolir os concorrentes locais. Mais países significam mais lucros. Os ganhos das 500 maiores empresas cresceram 15%, enquanto que o crescimento de suas receitas cresceu apenas 11%". No início dos anos 90, cerca de 37 mil firmas multinacionais aprisionavam, com suas 170 mil filiais, a economia internacional em seus tentáculos. Entretanto, o poder se situa no círculo mais restrito das "200 primeiras": depois do início dos anos 80, estas conheceram uma expansão ininterrupta através de fusões e de compras de empresas.

Assim, a parte do capital multinacional no PIB mundial passou de 17% em meados dos 60 para 24% em 1982 e para mais de 30% em 1995. As "200 primeiras" são conglomerados cujas atividades planetárias cobrem sem distinção os setores primário, secundário e terciário: grandes explorações agrícolas, produção manufatureira, serviços financeiros, comércio, etc. Geograficamente, elas se dividem entre dez países: Japão (62), Estados Unidos (53), Alemanha (23), França (19), Inglaterra (11), Suíça (8), Coreia do Sul (6), Itália (5) e Holanda (4).

Se abstraímos as empresas anglo-holandesas de capital misto (grupos Shell e Unilever), permanecem apenas oito países na corrida, reunindo 96,5% das "200 primeiras" e 96% de seus negócios. Na realidade, a concentração é ainda maior do que deixam supor tais estatísticas. Porque todas as empresas pertencentes à categoria das "200 maiores" não são firmas autônomas, como provam exemplos bem conhecidos como os da Mitsubishi, do Sumitomo e da Mitsui, para ficar apenas em alguns. Existem cinco empresas Mitsubishi ente as "200 primeiras", cujo volume agregado de negócios ultrapassa a 320 bilhões de dólares. Estas entidades no seio do império Mitsubishi, ainda que disponham de um forte grau de autonomia, são estrategicamente imbricadas umas nas outras em matéria de administração, de preços, de comercialização e de produção. Elhes são comuns também suas redes econômicas, políticas e de espionagem. Elas tem por agente político o Partido Liberal-Democrata (PLD), que tem 37% de suas despesas de funcionamento cobertas por recursos provenientes do império Mitsubishi.

As disparidades não pararam de aumentar no seio das "200 maiores" na expansão que elas conheceram nas últimas duas décadas, principalmente em razão da guerra que elas travam para se apossar de partes cada vez maiores do mercado mundial. Entre 1982 e 1995, o número de empresas americanas caiu de 80 para 53 enquanto o de japonesas aumentava de 35 para 62. Outrora primeira potência imperial, a Inglaterra viu o número de suas empresas cair de 18 para 11; em contrapartida o anão geográfico e demográfico, a Suíça, cresceu. Mas o mais surpreendente foi o desenvolvimento rápido das corporações sul-coreanas, cujo número passou de um para seis em um tempo relativamente curto. Na frente vem a Daewoo, um dos grupos multinacionais mais agressivamente expansionistas, ponta de lança do imperialismo coreano. Com um volume de negócios que ultrapassa 52 bilhões de dólares, ela ultrapassa colossos como a Nichimen, Kanematsu e Unilever e Nestlé.

A expansão planetária da Daewoo é muito sintomática da potência dos *chaebols*, os conglomerados coreanos. Os ativos dos trinta primeiros *chaebols* cresceram de 223 bilhões de dólares em 1992 para 367 bilhões em 1996 e representam quatro quintos do PIB coreano. E ainda, os quatro primeiros - Daewoo, Sandgong, Samsung e Hyundai - dividem entre eles metade destes ativos (184 bilhões de dólares). A revolta operária de janeiro último despedaçou o mito do "milagre" coreano, mas é duvidoso que ela provoque uma desaceleração da expansão destes gigantes no interior e no exterior do país.

Nada disso teria sido possível sem os bilhões de dólares fornecidos pelos Estados Unidos durante a fase de crescimento coreano dos anos 1947-1955, após o que o impulso passou a ser dado por dezenas de bilhões de dólares de subvenções públicas. Da mesma forma que no Japão, não há, na Coreia do Sul, linhas divisórias bem definidas entre os *chaebols* e o Estado. Às subvenções públicas, deve-se acrescentar a repressão sem piedade da classe operária e a liquidação dos direitos da pessoa. Todos os políticos, sem exceção, assim como os membros da alta hierarquia militar são acionistas centrais com assento nos conselhos de administração das grandes empresas. Na confraria dos *chaebols*, todo mundo se conhece e se casa entre si.

O que lembra a frase do grande industrial alemão Walter Rathenau em 1909: "Trezentos homens, que se conhecem todos, dirigem os destinos da Europa e cooptam entre eles seus sucessores".

De 1986 a 1996, as incorporações de empresas cresceram num ritmo de 15% ao ano e nada indica sua próxima redução. Portanto, se nada se alterar daqui até o ano 2000, o custo acumulado destas transações atingirá cerca de 10 trilhões de dólares (em comparação, o PIB dos Estados Unidos em 1996 foi de 7,6 trilhões de dólares). É bem evidente que, neste período marcado por deflação, redução do crescimento, subemprego e endividamento, as sociedades multinacionais promoveram sua expansão através da absorção de suas concorrentes, de maneira a conquistar novos mercados.

Os reagrupamentos de empresas permitem também economias de escala no mercado mundial. Muitas corporações multinacionais recorreram a eles, como a Boeing e as três grandes empresas automobilísticas dos Estados Unidos, ou ainda no Japão ou na Coreia do sul; os gigantes automobilísticos, da eletrônica e da construção naval. Cinco empresas, entre as maiores multinacionais, apropriaram-se de mais da metade do mercado mundial nos setores chaves da indústria aeroespacial, de componentes eletrônicos e do *software*; duas outras fizeram o mesmo na reestruturação rápida; e cinco nos setores de bebidas não-alcoólicas, do tabaco e das bebidas alcoólicas...

O desenvolvimento das multinacionais é encorajada não somente por seus próprios governos, mas também pelas enormes subvenções e privilégios fiscais que lhes concedem os países que as acolhem como a Inglaterra e a Irlanda, da mesma forma que os governos da Europa do Leste que estão sucateando o patrimônio nacional através de privatizações e todo tipo de estímulo fiscal.

Fusões e alianças de corporações (como a aliança entre a Shell e a BP) contribuem para a edificação de um complexo econômico totalitário. "Liberalização", "privatização", "desregulamentação", "sistema de livre-comércio internacional" são diferentes argumentos racionais destinados a justificar esta evolução. Neste movimento de concentração, os grandes bancos de investimento, os fundos mútuos e os fundos de pensão desempenham um papel preponderante. Da mesma forma, Wall Street pressiona para inflar os ganhos dos "valores de portfólio"

ESTRUTURAS TOTALITÁRIAS

Quanto tempo este jogo vai durar? "Francamente, ninguém sabe - declara um comissário encarregado da City. Os bancos gastam somas muito altas. Estamos sendo empurrados para fusões como loucos e nos nutrimos disso". E este especialista reconhece que este deboche de anexação de empresas é financiado através do endividamento. Como toda a economia mundial.

Nascida em 1996, a Novartis é a segunda gigante da indústria farmacêutica. Esta empresa é o produto da fusão entre a Sandoz e a Ciba-Geigy, a maior operação do gênero na história das multinacionais. Em comissões e honorários legais, esta operação representou 95 milhões de dólares, divididos entre o J.P. Morgan Stanley e a União de Bancos Suíços. Do dia para a noite, a capitalização da Novartis saltou de 63 para 82 bilhões de dólares. Quando tal maná cai nos cofres de um punhado de financistas, que ousará falar de crise do capitalismo? A medalha, entretanto, tem o seu revés: o nascimento da Novartis provocou a liquidação massiva de postos de trabalho, prontamente efetivados em nome das habituais "economias de custos" e "reestruturações". De um golpe, as ações das duas companhias conheceram altas sem precedentes. 10% da força de trabalho serão cortadas num primeiro momento. A miséria pode continuar a avançar, mas nem por isso a operação deixou de ser apresentada nos meios financeiros como uma vitória da racionalidade do mercado.

A mesma exaltação foi observada, em Wall Street e em todos os mercados financeiros, quando a Boeing absorveu a McDonnell Douglas (14 bilhões de dólares). Desta vez, entretanto, houve uma diferença na estratégia de anexação porque esta aquisição não resultou apenas de uma decisão do conselho de administração da Boeing. Ela foi energeticamente encorajada pelo Pentágono e pelo departamento de comércio, preocupado em favorecer a penetração do setor aeroespacial americano nos mercados internacionais. As liquidações de empregos foram massivas. Aliás, depois de 1992, o número de empresas trabalhando para a defesa nos EUA caiu de 32 para 9, e foram extintos mais de um milhão de postos de trabalho.

Aqui, considerações estratégicas são indissociáveis da busca do lucro: o objetivo da operação era também marginalizar ou mesmo liquidar a Airbus. Com a ajuda da McDonnell, a Boeing detém 64% do mercado. Para 1997, a Boeing prevê receitas de 51 bilhões de dólares, das quais 40% proveniente das encomendas do departamento de defesa.

Onde estão os critérios de mercado nisso tudo? Quando a Boeing comprou a McDonnell, ela assegurou enormes subvenções. A firma vende seus bens e serviços muito abaixo dos custos de mercado. Suas atividades de pesquisa/desenvolvimento são subvencionadas pelo Pentágono desde o final da guerra, a um custo de dezenas de bilhões de dólares bem como pela compra de aviões.

No momento, o peso esmagador das sociedades multinacionais na economia mundial não tem sua contrapartida no domínio político. Mas o que acontecerá no próximo século? Elas poderão conservar suas estruturas totalitárias de dominação e de exploração? Não pode haver crescimento infinito num mundo finito: ao menos esta lei vale para todos, e se aplica também para as mega-empresas. Ninguém sabe onde parará o movimento de concentração capitalista, nem mesmo se ele encontrará seu limite. Mas os estragos sociais e políticos causados pelas fusões e compras em série estão em vias de provocar fissuras no edifício...